

DL 27.MAR 2000 178195

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS**

**CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO**

***TURISMO TERMAL E DESENVOLVIMENTO
EM MONTE REAL***



PATRÍCIA ISABEL GONÇALVES ESCADA

COIMBRA, NOVEMBRO DE 1999

ÍNDICE GERAL

	Págs.
I - INTRODUÇÃO	1
II - METODOLOGIA	4
I PARTE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO/ TERMALISMO	
III - TURISMO E DESENVOLVIMENTO	11
3.1. Turismo, uma actividade em expansão	11
3.2. Turismo, factor dinâmico de Desenvolvimento Regional	14
3.3. Evolução do Planeamento e Desenvolvimento em Turismo	17
IV - TURISMO E POLÍTICAS DE ORDENAMENTO	37
4.1. A importância do Turismo nos Planos de Ordenamento do Território	37
4.2. Políticas e Estratégias Nacionais	39
4.3. Turismo e Ordenamento na Região Centro	51
4.4. O PDM e a promoção turística municipal no Desenvolvimento Local	62
V - TERMALISMO NO CONTEXTO DO TURISMO	69
5.1. Termalismo, Território e Sociedade	70
5.2. O papel do Termalismo no Turismo Moderno	72
5.3. O Turismo Termal como potencializador de Desenvolvimento Regional	74
VI - AS ESTÂNCIAS TERMAIS EM PORTUGAL	81
6.1. Da origem à evolução e dinâmica do Termalismo	81
6.2. O Turismo Termal em Portugal	92
6.3. Perspectivas de Evolução do Termalismo	107
II PARTE ESTUDO DE CASO: AS TERMAS DE MONTE REAL	
VII- MONTE REAL: ESTÂNCIA TERMAL E TERRITÓRIO	115
7.1. Caracterização Geral de Monte Real	115
7.2. A utilização das suas Águas Minerais	122
7.3. O Território	126
7.3.1. Evolução Demográfica	126
7.3.2. Evolução da Estrutura Urbana	128
7.3.3. Estrutura Económica	141
7.3.4. Infraestruturas e Equipamentos	143
7.3.5. Acessibilidades e Transportes	151

VIII -	O TURISMO TERMAL EM MONTE REAL	157
8.1.	Estruturas Turísticas e sua utilização	157
8.1.1.	Estabelecimentos	158
8.1.2.	Capacidade de Alojamento	162
8.1.3.	Evolução de dormidas e hóspedes em Hotéis e Pensões	163
8.1.4.	Taxa de Ocupação	175
8.1.5.	Pessoal ao Serviço	178
8. 2.	Outras Infraestruturas de Utilização Turística	181
8.3.	As Termas de Monte Real	182
8.3.1.	Frequência dos Aquistas	183
8.3.2.	Caracterização dos Aquistas	187
8.3.3	A Geografia dos Aquistas	191
8.3.4.	Distribuição dos Aquistas por Grupos de Entidades Nosológicas	197
IX -	A ESTÂNCIA TERMAL NA PERSPECTIVA DOS SEUS FREQUENTADORES	203
9.1.	Caracterização da Amostra	204
9.2.	Métodos e Procedimentos para a Análise Multivariada	206
9.3.	Apresentação de Resultados	209
9.4.	Caracterização das Opiniões dos frequentadores de Monte Real	222
X -	IDENTIFICAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MONTE REAL	233
10.1.	Potencialidades Gerais de Monte Real	233
10.2.	Estrangulamentos Gerais de Monte Real	234
XI -	NECESSIDADE DE UMA LÓGICA ESTRATÉGICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MONTE REAL	239
11.1.	O Plano Estratégico como factor dinamizador das condições de Desenvolvimento	239
11.2.	Domínios Estratégicos	241
11.3.	Objectivos Estratégicos no processo de Desenvolvimento Turístico	242
11.4.	Medidas e Acções	244
XII -	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	249
□	BIBLIOGRAFIA	257
□	GLOSSÁRIO DE TERMOS	267
▪	ÍNDICE DE QUADROS	272
▪	ÍNDICE DE FIGURAS	273
▪	ÍNDICE DE CARTOGRAMAS	275
▪	ÍNDICE DE ANEXOS	276
•	ANEXO A – QUADROS	279
•	ANEXO B – FIGURAS	311

XII – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Turismo é uma actividade fundamental pela sua capacidade própria de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional e pelo seu potencial de valorização dos ambientes natural e cultural, exercendo um efeito multiplicador sobre toda a economia, uma vez que se trata de uma actividade tributária de todos os outros sectores e de que os outros sectores são também tributários.

É conhecida a dimensão e importância do turismo em Portugal pois, dados revelados pela Secretaria de Estado do Turismo indicam que este sector representa em termos económicos, 8% do PIB, emprega directamente 250 mil pessoas o que corresponde a 6% do emprego, gerando receitas da ordem dos 645 milhões de contos assumindo, deste modo, um papel de grande importância na economia nacional e, em particular, no desenvolvimento de certas regiões, onde se constitui como o principal sector de actividade económica.

Da mesma forma a nível mundial, segundo a Secretaria de Estado do Turismo, este sector é o terceiro maior “exportador”, atrás das indústrias petrolíferas e de veículos automóveis, com tendência para passar ao primeiro lugar no virar do século. Prevê-se, com efeito, que, até ao final do ano 2000, as chegadas internacionais aumentem cerca de 100 milhões, com a Europa a constituir-se como principal destino. O turismo deverá ser, por essa altura, a maior “indústria” do mundo. A actividade turística tornou-se, assim, para diversas regiões, a primeira ou a segunda fonte de receitas, prevendo-se que no início do século XXI seja, à escala global, uma das actividades económicas com maior rentabilidade. A importância que este sector foi ganhando deriva, em grande parte, das condições particulares favoráveis que se têm criado ao seu desenvolvimento.

As transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial nas estruturas sociais e culturais desencadearam modificações no fenómeno do turismo e nos processos de desenvolvimento local e regional. A nível mundial registou-se um grande crescimento das práticas do turismo pela sua importância económica, sobretudo nos países receptores de maiores fluxos de turistas.

O crescimento contemporâneo do turismo enquanto fenómeno sociocultural, decorre largamente da melhoria generalizada da qualidade de vida nas regiões mais desenvolvidas e dos progressos tecnológicos que têm imprimido profundas transformações em diversos domínios da vida económica, social e cultural. Também em Portugal nestes últimos anos, conheceu uma forte dinâmica de crescimento do turismo, traduzindo-se em proveitos para a economia do país. As transformações resultaram das significativas melhorias nas acessibilidades e nas comunicações, na redução do tempo de trabalho, no direito a férias

pagas e a maior diversificação dos períodos de férias, na antecipação da idade da reforma, o aumento generalizado dos rendimentos, a alteração dos padrões de consumo, a generalização das novas tecnologias de informação (marketing e promoção turística) na emergência de novas modas e lugares de prática turística. Há toda uma complexa teia de efeitos das conseqüentes transformações que provocam na sociedade e economias locais (mentalidades, práticas culturais, utilização dos recursos naturais), na estrutura funcional e fundiária dos espaços locais.

Assim sendo, qualquer estratégia de desenvolvimento seja ela nacional, regional e até mesmo local, deverá considerar atentamente esta actividade.

A reestruturação do sector do turismo em Portugal deve ter em linha de conta uma estratégia que equacione políticas ambientais e planeamento local, uma diversificação das actividades turísticas de acordo com a sua componente económica, social e cultural e a promoção do ambiente sustentado. Não é por demais afirmar que Portugal possui condições naturais ímpares: país de sol, clima ameno, paisagens variadas, praias, riqueza do património histórico-cultural, a hospitalidade.

O turismo contemporâneo é fortemente utilizador de infraestruturas locais e regionais, reforçando ou criando a mobilização de meios necessários para as desenvolver e concretizar. O turismo é uma actividade portadora de uma complexa malha de transformações nos tecidos de desenvolvimento local e regional, actuando em complexos sócio-económicos diferenciados. Neste sentido, as dinâmicas proporcionadas pelo turismo contribuem na melhoria das acessibilidades, na dinamização das actividades económicas e na criação de melhores condições gerais de vida das populações, designadamente em áreas de economia mais deprimidas. A orientação correcta do processo de crescimento em turismo, através de acções concertadas de Planeamento e Ordenamento em Turismo no território, constitui um vector de profunda importância na perspectiva de construção e sustentação dos recursos endógenos.

E quanto ao Termalismo? Considerado ainda não há muito o usufruto das estâncias termais como um produto de luxo, o turismo tenderá cada vez mais para um bem de consumo corrente, necessário e indispensável ao equilíbrio psicológico do indivíduo e a desempenhar o papel de factor de prevenção e tratamento contra as agressões que o ruído, a agitação e as tensões sociais exercem sobre o Homem. Assim, o turismo de amanhã procurará mais ainda o repouso e a regeneração das forças físicas e psíquicas, passando a ser encarado na perspectiva de melhoria da qualidade de vida, do bem-estar físico e psicológico. Parece então encontrado o âmbito do Turismo no Termalismo: a saúde, o repouso, o retorno à natureza, a evasão do

meio ambiente quer geográfico quer profissional, o enriquecimento cultural e o contacto com novos usos e costumes.

Em Portugal, o aproveitamento das águas termais surgiram há longos séculos. Apesar desta continuidade no tempo, vários foram os momentos em que a terapêutica termal caiu em descrédito. Mas, a partir de meados da década de oitenta, esta situação conhece uma inversão, constituindo o termalismo uma actividade em franco dinamismo revestindo-se, actualmente, como um fenómeno potencial para a promoção da qualidade de vida e bem-estar. Começa, progressivamente, a ser perspectivado em várias dimensões: terapêutica, turística, económica, entre outras.

A importância económica do termalismo é cada vez mais significativa, não só pela sua repercussão no mercado de trabalho (maioritariamente sazonal), mas também, por constituir uma forma potencial de atracção turística. Além disso, o termalismo tem vindo a assumir um importante papel no desenvolvimento local e regional, contribuindo para o atenuar das assimetrias regionais. O turismo de saúde, em especial o termalismo é particularmente importante dada a dispersão geográfica das estâncias termais pelas áreas do interior do país com efeitos no desenvolvimento directo dessas regiões.

Do desenvolvimento do termalismo é esperada a nível regional, a melhoria da situação económica e social da população residente; porém, o impacto real e o impacto esperado podem ser distintos e até mesmo divergentes. É o equilíbrio entre esses dois tipos de impacto que deve ser assegurada tanto quanto possível pela definição de uma política de desenvolvimento do termalismo em consonância com a política de desenvolvimento global regional o que, sem dúvida, exige a cooperação dos responsáveis inter e intra-sectoriais a diversos níveis: nacional, regional e local; público e privado.

No entanto, existem obstáculos gerais ao próprio desenvolvimento equilibrado do turismo termal :

- ⇒ Nível elevado da idade média dos utentes;
- ⇒ Desarticulação da oferta em equipamentos quer seja hoteleiro, quer seja, termal. A oferta hoteleira instalada em centros termais situa-se, maioritariamente, na categoria de pensões;
- ⇒ Desactualização ou mesmo inexistência de estudos de carácter científico quanto à vocação e valor terapêutico das águas;
- ⇒ Deficiências dos serviços prestados aliado às carências de formação profissional;
- ⇒ Ausência de meios complementares de animação;
- ⇒ Funcionamento com elevado índice de sazonalidade;
- ⇒ Algumas carências em determinadas infraestruturas básicas e equipamentos urbanos;

- ⇒ Reduzidos esquemas financeiros de que possam beneficiar não só os concessionários das termas, mas também, os proprietários ou exploradores de equipamentos existentes nas estâncias que os incentive a investir e a melhorar as respectivas instalações hoteleiras, balneares, de cultura, de recreio ou de desporto;
- ⇒ Falta de uma política nacional de termalismo tendo em atenção as valências da saúde e do turismo;
- ⇒ Falta de dinamização e coordenação de todos os serviços, instituições ou associações que têm a ver com as estâncias termais e o seu desenvolvimento;
- ⇒ Falta de promoção a nível interno e externo que esclareça, convenientemente, sobre todas as potencialidades do termalismo e vise a utilização das estâncias termais ao longo de todo o ano.

Para que o Termalismo seja considerado como uma forma de turismo para o futuro, é fundamental actuar, na generalidade, segundo diversos níveis, nomeadamente:

- ◆ Modernizar ou instalar novos equipamentos hoteleiros, por forma a garantir um equilíbrio entre a oferta e a procura;
- ◆ Criar condições para a existência de determinadas infraestruturas de animação turística, vistas como pontos de convívio, de aprendizagem e de relaxamento;
- ◆ Incrementar a diversificação das actividades recreativas, deste modo garantindo o alargamento do período médio de estada na região;
- ◆ Promover a disponibilização dos alojamentos turísticos durante a época baixa, através da realização de colóquios, congressos, estágios, entre outros;
- ◆ Melhorar e qualificar os equipamentos e infraestruturas termais de acordo com as exigências e necessidades modernas de prática dos tratamentos termais;
- ◆ Construir um conjunto de infraestruturas imprescindíveis à instalação das actividades turísticas: saneamento básico (rede de esgotos e distribuição de água), instalação de rede eléctrica, infraestruturas rodoviárias consentâneas para permitir a melhoria da qualidade das acessibilidades;
- ◆ Incrementar o conhecimento que o utente tem das termas não só, através do aconselhamento médico pelo conhecimento particular das propriedades terapêuticas das mesmas, como também, através de campanhas de marketing.

Do exposto decorre pois, que a actividade termal integrada num determinado espaço geográfico, não pode ser visto isoladamente, antes agindo em interacção com a situação económica geral do espaço que integra. Assim, as estâncias termais constituem pólos de desenvolvimento local e regional que geram efeitos directos, indirectos e induzidos no tecido social, conduzindo à melhoria das condições de vida das populações locais e, conseqüentemente, o desenvolvimento a uma escala nacional, por atenuar as áreas de

«pobreza» dispersas pelo país. É neste contexto que se enquadra a importância actual das Termas de Monte Real.

No caso de Monte Real, onde as concentrações turísticas por motivos termais têm tendência a aumentar, pode verificar-se, sazonalmente, rupturas que decorrem da falta de algumas infraestruturas: determinadas infraestruturas urbanas e de saneamento básico, problemas de trânsito decorrentes do elevado fluxo de pessoas na época alta, de recursos humanos incapazes de responder a uma procura maior e com alguma falta de formação profissional, ausência de um programa de animação turística capaz de quebrar o problema da sazonalidade. Por isso, toda a estratégia de desenvolvimento turístico a aplicar na vila de Monte Real, tem de ser articulada com uma matriz de orientações de Planeamento e Ordenamento do Território de forma a impedir a ocorrência de impactos negativos e/ou irreversíveis, pois esta estância termal como outras são, habitualmente, espaços sensíveis que não devem ser sujeitos a pressões/ transformações muito profundas.

De facto, a falta de uma Política para o Termalismo em geral constitui, de certa forma, um factor limitativo ao desenvolvimento desta forma de turismo. Uma correcta e adequada política de subsídios para os aquistas, uma objectiva política de turismo termal são fundamentais e decisivos para que o termalismo possa crescer e ocupar o seu lugar que lhe está reservado no turismo nacional.

Os desafios que se colocam ao termalismo, no geral, e à dinamização da estância termal em Monte Real numa perspectiva de desenvolvimento passa, genericamente, pela conjugação de esforços para uma promoção inteligente, adequada e eficaz, não só salientando o importante valor terapêutico das suas águas minero-medicinais e aspectos como a tranquilidade e ambiente aprazíveis que lhe são largamente característicos e reconhecidos, como também a modernização das suas instalações e equipamentos desportivos e recreativos capazes de revitalizar a animação termal, reconhecendo-se deste modo, o seu papel como elemento determinante da melhoria da qualidade dos serviços e do relacionamento directo com a estância. Este aspecto só comprova que é necessário receber bem os aquistas e os turistas, em geral, significando que, para lá da qualidade do alojamento turístico, é importante proporcionar-lhes condições agradáveis e atractivas de permanência através, por exemplo, da realização de festivais, concertos, concursos, provas desportivas, entre outros, de forma diversificada e ao longo de todo o ano, conjugado com o prolongamento do período de funcionamento do balneário termal, de modo a quebrar a sazonalidade.

É igualmente relevante, a procura de novos fluxos de aquistas com condições bonificadas no tratamento, alojamento e alimentação-sobretudo a nível da terceira idade e reformados-possibilitando o alargamento da época termal, a atenuação dos custos e a limitação da

sazonalidade; a criação de seguros de doença e melhores condições nos subsídios atribuídos pela Segurança Social; a criação e o desenvolvimento diversificado do INATEL, através do incremento do chamado *Termalismo Sénior*.

As termas, pela especificidade das correntes turísticas que originam e das prestações que ocasionam, parecem justificar e até exigir uma intervenção decisiva das entidades responsáveis pelo turismo português. A frequência termal obriga a uma maior permanência, logo um maior número de dormidas e a um melhor aproveitamento da capacidade hoteleira, forte contributo para o desenvolvimento regional sobretudo onde não é viável a implantação imediata de actividades mais reprodutivas.

Perante esta situação, é evidente que o desenvolvimento termal tem de contar com a iniciativa própria dos concessionários, dos hoteleiros, dos órgãos de turismo e de outras entidades locais e municipais que, por vezes são entregues ao esquecimento, ficando a elaboração de um plano votado ao insucesso. Por isso a actividade turística actual, na qual se insere a actividade termal, não deve comportar iniciativas de acaso e de improviso, sendo necessário a coordenação e harmonização com as estruturas autárquicas e das regiões de turismo para satisfação das necessidades básicas e conjugação de esforços na polarização de visitantes, turistas e aquistas de modo a promover o relançamento desejado das estâncias termais. Daí a necessidade do empenhamento autárquico no processo do desenvolvimento local através do fornecimento de infraestruturas: básicas, urbanas, rodoviárias, ambientais, turísticas de apoio às actividades desenvolvidas no espaço local, neste caso de apoio ao turismo termal, contribuindo para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações.

Apesar do facto das intervenções planeadas não se terem sempre traduzido em histórias de sucesso em especial aos níveis local e regional, como acontece em Monte Real devido à ineficácia do Plano de Urbanização aprovado em 1984, com o resultante gerar de controvérsias e a não existência de um outro plano que contemple a componente turismo/termalismo mostra, sobretudo, a complexidade que envolve o Planeamento e Ordenamento do Território no domínio das actividades turísticas. Não é fácil mobilizar os actores em torno de um projecto comum e a ausência de projectos impede também que existam pessoas que os façam avançar. O desenvolvimento local é um processo em movimento, conflitual, em que muitas vezes as estratégias pessoais tendem a sobrepor-se às estratégias globais. A estratégia de desenvolvimento deve passar pela formação de grupos de monitorização para acompanhamento do trabalho. Esta, cobrindo os centros de interesse de todos os grupos/actores locais pretende fazer surgir projectos locais. A estruturação e execução de uma intervenção planeada deve, assim, internalizar de modo articulado as estratégias e os projectos dos principais agentes em presença, no sentido da minimização das

dificuldades de implementação no curto prazo e em simultâneo, garantir o êxito no médio prazo.

Aos municípios é exigida a criatividade suficiente para encontrar soluções, devendo participar activamente e alargar o seu campo de intervenção para domínios situados na esfera do desenvolvimento sócio-económico consignados nos respectivos Planos Directores Municipais. A identidade e enraizamento local, são elementos chave de qualquer processo de desenvolvimento participado.

O desenvolvimento integrado das actividades turísticas associado ao aspecto termal característica que individualiza Monte Real, deverá assentar na realização de uma matriz articulada de medidas e acções, enquadradas por um conjunto de orientações estratégicas, nas quais deverá integrar-se a participação directa ou indirecta dos principais agentes do desenvolvimento do turismo regional e local bem como a participação da própria autarquia, tal como se pretendeu realizar e sugerir no capítulo XII.

O potencial local assenta na sua capacidade de inventar e promover uma dinâmica de sociedade local que permita a inovação e a realização de projectos que criem maior autonomia, pois todo o esforço de desenvolvimento em turismo, sem perder de vista os interesses nacionais, deverá contemplar os interesses e aspirações das populações locais, pressupondo a sua participação activa na elaboração de estratégias de desenvolvimento da sua área. A necessidade de um Plano Estratégico, que é urgente para Monte Real, constitui um instrumento adequado de análise prospectiva capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo a implementar. Tenta, pelo diálogo entre todos os intervenientes, obter consensos quanto ao diagnóstico dos problemas e soluções que devem ser adoptadas, através da integração de diversos actores a fim de fazer nascer projectos de desenvolvimento válidos e inovadores.

Os desafios que se colocam ao turismo termal em Monte Real são, principalmente, diversificar e desenvolver novas formas de atracção (actividades desportivas e culturais, programas de animação, flexibilidade de programas de estada) e de criar novos produtos para novos segmentos de mercado, melhoria da qualidade dos serviços, pela criação de equipamentos de animação e de infraestruturas básicas, sem descurar a componente tranquilidade/ambiente. Não se deve esquecer que as potencialidades da estância termal de Monte Real são diversas e que ainda se encontram subaproveitadas. Trata-se de uma das poucas áreas a nível nacional que apresenta uma certa diversificação de produtos turísticos, sendo conflagradora a falta de aproveitamento e promoção eficaz sobre os recursos que detém, entre as quais se destacam: clima, paisagem/ambiente, património histórico e arquitectónico, rio Lis, Pinhal, para além das próprias Termas.

Para que se consiga atingir o nível de desenvolvimento do turismo/termalismo esperado, é fundamental que o principal motor de desenvolvimento local, a Câmara Municipal de Leiria juntamente com a Junta de Freguesia, invista adequadamente e que, com o apoio do Gabinete de Promoção Turística e da Região de Turismo Leiria-Fátima, promova a região e as termas de Monte Real. Também é fundamental que os agentes económicos locais, os hoteleiros, associações e homens de negócios, tenham uma visão mais arrojada e dinâmica e que promovam produtos turísticos diversificados e inovadores.

Em suma, para que o Turismo em geral, e o Termalismo em particular, continuem a ser determinantes no desenvolvimento económico e social do País podendo mesmo melhorar e sustentar essas suas prestações, torna-se absolutamente necessário que, tanto o Estado como os agentes públicos e privados que nelas operam entendam a fragilidade das suas realidades presentes e pensem em termos de perspectivas de futuro, não como áreas menores, por vezes até desconsideradas, que sem preocupações estruturais têm crescido por si, mas como sectores a necessitar de grande exigência técnica para cuja sobrevivência é necessário, no momento actual, uma conjugação de esforços, de objectivos, de meios e agressivo sentido empresarial e associativo.

□ BIBLIOGRAFIA

ACCIAIUOLI, Luís (1941): «*Águas de Portugal*», Lisboa, Ministério da Economia, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos - Inspeção de águas, composto e impresso na Sociedade Astória, Lda.;

ACCIAIUOLI, Luís (1944): «*Águas de Portugal - minerais e de mesa - História e Bibliografia*» vol. I, Lisboa, Ministério da Economia, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, gráficas SOCTIP;

ACCIAIUOLI, Luís (1945): «*Águas de Portugal - minerais de mesa - História e Bibliografia*» vol. IV, Lisboa, Ministério da Economia, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, gráficas SOCTIP;

ALMEIDA, Bernardo Mendes de (1968): «*Promoção e Desenvolvimento das Termas portuguesas-uma riqueza do património nacional*» separata de: "O Médico" n.º 887, Porto, Tipografia Sequeira Lda.;

ALMEIRA, Bernardo Mendes (1969): «*Promoção e Desenvolvimento das termas portuguesas-uma riqueza do Património Nacional*», de: "O Médico", vol. 48, n.º 887;

ALVES, Olympio Duarte (1955): «*Monte Real no Passado e no Presente*», Monografia e edição do autor;

ALVES, Olympio Duarte (1960): «*A Assistência Termal em Portugal*», Monte Real, Gráfica de Leiria;

ALVES, Olympio Duarte (1967): «*Algumas considerações sobre o estabelecimento do Termalismo Social em Portugal*», Monte Real, Gráfica de Leiria;

ALVES, Olympio Duarte (1970): «*Os Morgados de Ulmar*», Leiria, gráfica de Leiria;

ALVES, Olympio Duarte (1971): «*Cancioneiro de Monte Real ou Poesias do Acaso*», Leiria, Gráfica de Leiria;

AMAE-Associação Municípios de Alta Estremadura (1995): «*Plano Estratégico do eixo Leiria-Marinha Grande e do Sistema Urbano da Alta Estremadura-Relatório Final*», Leiria, AMAE;

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1994): «*O Turismo em Portugal-subsídios para o seu desenvolvimento*», Aveiro, Secção Autónoma de Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro;

ARROYO, A. (1908): «*Praias e Estações Termais. Portugal, Estação de Inverno*», notas sobre Portugal, vol. II, Lisboa;

Associação Municípios do Baixo Mondego e Gândaras (1993): «*Estratégia e programa de acção - Relatório Final*», Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro;

- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa (1980): *«Jornadas do Termalismo Português-Termas de Monfortinho em 1980»*, Lisboa, ANIAMMM;
- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa (1981): *«Jornadas do Termalismo Português-Termas do Vimeiro em 1981»*, Lisboa, ANIAMMM;
- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa (1988): *«Jornadas do Termalismo Português-Termas de Monte Real em 1984»*, Lisboa, ANIAMMM;
- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa (1988): *«Jornadas do Termalismo Português-Termas de Caldelas em 1986»*, Lisboa, ANIAMMM;
- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa (1990): *«Congresso da Federação Internacional do Termalismo e Climatismo - Luso-S. Pedro do Sul »*, Lisboa, Rubigráfica, Artes Gráficas, L.da.;
- Associação das Termas de Portugal (1997): *«Jornadas do Termalismo Português na Curia em 1997- O Termalismo no despertar do Novo Ano Milénio»*, Lisboa, ANIAMMM, Linda-a-Velha;
- BANDEIRA, Luís: *«Aspectos actuais dos tratamentos termais»*, de: "O Médico", vol. 37, n.º 725, 1965;
- BANDEIRA, Luís: *«Notas sobre a História da Hidroterapia»*, de: "O Médico", vol. 37, n.º 725, 1965;
- BAPTISTA, Mário (1997): *«Turismo-competitividade sustentável»*, Lisboa, Editorial Verbo;
- BARATA, José Fernando Neves (1964): *«O Turismo em Portugal»*, Lisboa, Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais, Companhia Nacional Editora;
- BLIN, Éric; BORD, Jean-Paul (1993): *«Initiation Géographique ou comment visualiser son information»*, Paris, SEDES;
- BOURA, Maria Isabel; JACINTO, Rui (1990): *«Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro – contributos para a definição de estratégias locais»*, Coimbra, CCRC;
- BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan (1992): *«Análise de dados em Ciências Sociais»*, Oeiras, Celta Editora;
- CABRAL, João (1993): *« Anais do Município de Leiria vol. II »*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria;
- Câmara Municipal de Évora (1994): *« Plano Estratégico da cidade de Évora »* Évora, gabinete do PDM (Plano Director Municipal);
- CAMPOS, Bernardo; JACINTO, Rui e SYRETT, Stephen (1987): *«Desenvolvimento Local: Política da Administração Central e envolvimento autárquico- o caso da Região Centro» in Boletim da CCRC: "Desenvolvimento Regional" n.º 24/25, Setembro de 1987;*

- CASANOVA, José Luís (1991): *«Turismo e Território: alguns apontamentos»*, de Revista de Estudos Urbanos e Regionais, *Sociedade e Território* n.º 13, Junho de 1991, Porto, Edições Afrontamento;
- COSTA, Carlos A.; PEREIRA, Maria Teresa; CABRAL, Natércia (1986): *«Instrumentos legais para o Planeamento e Ordenamento do Território»*, de Revista de Estudos Urbanos e Regionais, *Sociedade e Território* n.º 5: "Poder sem Planos e Planos sem Poder", Novembro de 1986, Porto, Edições Afrontamento;
- CASTRO, Ferreira (1935): *«Monte Real e as suas Termas»*, separata de "Portugal Médico n.º 3", Porto, tipografia da Enciclopédia Portuguesa L.da.;
- CAVACO, Carminha (1980): *«O Turismo em Portugal. Aspectos evolutivos e espaciais»* Lisboa, Papelaria Fernandes;
- CAVACO, Carminda (1998): *«Turismos de ontem e de amanhã: realidades e mitos»*, de: "Economia § Prospectiva", vol. I, n.º 4, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica;
- Congresso-conjunto das Regiões de Turismo (1992): *«As Regiões de Turismo e os anos 90»*, Vilamoura, Guide-Artes Gráficas, Lda.;
- CLARK, Mona; RILEY, Michael; WILKIE, Ella; WOOD, Roy C. (1998): *«Researching and Writing Dissertations in Hospitality and Tourism»*, Londres, International Thomson Business Press;
- CONTREIRAS, Dr. Ascensão (1951): *«Manual Hidrológico de Portugal»*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade;
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; GILBERT, David (1993): *«Tourism-Principles and Practice»* UK, Pitman Publishing;
- COSTA, Carlos Manuel Martins da (1991): *«Planning for tourism in Portugal - A comparison between the tourist organization in Portugal and England»* University of Surrey, Department of Management Studies for tourism and hotel Industries (tese de Mestrado);
- COSTA, Carlos Manuel Martins da (1996): *«Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal»* University of Surrey, Departement of Management Studies (tese de Doutoramento);
- COSTA, M. Bruno (1969): *«Termalismo Social no Estrangeiro»*, de: "O Médico", vol. 52, n.º 935, 1969;
- CUNHA, Licínio (1973): *«Hierarquização das estâncias termais portuguesas»*, Lisboa, separata do n.º 2 da : Revista da Corporação dos Transportes e Turismo;
- CUNHA, Licínio (1980): *«Condições essenciais para o desenvolvimento do Termalismo em Portugal»*, Jornadas do Termalismo Português-Termas de Monfortinho-1980, Lisboa, ANIAMMM;

CUNHA, Licínio (1981): «*O Termalismo como factor de Turismo Moderno*», Jornadas do Termalismo Português-Termas do Vimeiro- 1981, Lisboa, ANIAMMM;

CUNHA, Licínio (1987): «*Política de Turismo*», Lisboa, Direcção Geral do Turismo;

CUNHA, Licínio (1997): «*O Termalismo no despertar do novo ano milénio*», in : *Jornadas do Termalismo*, Lisboa;

CUNHA, Licínio (1997): «*Economia e Política de Turismo*», Alfragide, McGraw-Hill, Portugal Editora;

CGPT-Curso de Gestão e Planeamento em Turismo (1994): «*Turismo na Região Centrais alguns contributos para o seu desenvolvimento*», Aveiro, Universidade de Aveiro;

Decretos-Lei:

-Decreto-Lei n.º 15401, de 17 de Abril de 1928- lei que regula a exploração das águas minero-medicinais. Na alínea d) do 5º parágrafo do artigo 54, refere: «*Será gratuita para os indigentes e para os empregados da estância a taxa de inscrição médica, bem como todos os serviços clínicos de que carecem durante a sua permanência na estância, sendo os médicos da estância obrigados a prestar-lhes*»;

-Decreto n.º 15401-“Diário do Governo” n.º 90, Iª Série, de 20 de Abril de 1928- confirma o D.L. n.º 15401, de 17 de Abril de 1928 ao regular a exploração das águas minerais. O direito de propriedade das nascentes pertence ao Estado assegurando o direito à sua exploração; regula a exploração das águas de mesa; concede o prazo de 6 meses para as entidades que explorem nascentes nessa data sem Alvará, o requererem, sob pena de abandono;

-Diário do Governo n.º 251 – Série, de 30 de Outubro de 1928- regulamento das Termas de Monte Real;

-Diário do Governo n.º 50, II Série, de 2 de Março de 1929- publicado o Alvará de concessão de exploração das termas de Monte Real passada por despacho governamental em 11 de Outubro de 1928;

-Diário do Governo n.º 239, III Série, de 13 de Outubro de 1941- foram aprovados os preços da taxa de inscrição médica e honorários clínicos e dos tratamentos;

-Diário do Governo n.º 91, III Série, de 21 de Abril de 1942- foi autorizado ao concessionário das termas de Monte Real à abertura do balneário durante todo o ano;

-Decreto-Lei n.º 327/ 82, de 16 de Agosto- criação das Regiões de Turismo;

-Decreto-Lei n.º 420/87- Portaria 976/ 87, de 31 de Dezembro- cria o SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico), visando contribuir para o desenvolvimento das regiões essencialmente as menos desenvolvidas, por forma a minimizar as assimetrias regionais na actividade do turismo em Portugal;

-Decreto-Lei n.º 176 A/88, de 18 de Maio- veio alterar o conteúdo do D.L. N.º 338/83 que criou o PROT;

-Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março- criação do PDM (Plano Director Municipal);

- Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março- aprova o regulamento das águas minerais naturais, salientando que: *«(...) tal como se encontram consagrados na Constituição da República, as águas minerais naturais são consideradas bens do domínio público do Estado. A exploração destes recursos é atribuída por contrato administrativo a entidades públicas ou privadas»;*
- Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março- disciplina o regime geral da revelação e aproveitamento sobre os recursos geológicos;
- Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto- revoga o D.L. N.º 327/82 de 16 de Agosto, em relação às Regiões de Turismo e explicita a natureza, atribuições e processo de criação das Regiões de Turismo;
- Decreto-Lei n.º 22 A/92, de 17 de Fevereiro- deixa de existir o SIFIT (I);
- Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro- revoga o D.L. n.º 69/90 de 2 de Março, em relação ao PDM;
- Decreto-Lei n.º 215/92, de 13 de Outubro- cria o SIFIT (II). O Fundo de Turismo compromete-se a fiscalizar a realização dos investimentos e adoptará as medidas necessárias ao seu acompanhamento, podendo solicitar o apoio de entidades competentes;
- Portaria n.º 973/92, de 13 de Outubro- regulamenta a aplicação do SIFIT (II) definindo os tipos de projectos susceptíveis de beneficiar dos benefícios previstos no D.L.n.º 215/92, de 13 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 178/94, de 28 de Junho- cria o SIFIT (III);
- Despacho Normativo n.º 469/94, de 4 de Julho- informa que o SIR (Sistemas de Incentivos Regionais) destina-se a apoiar projectos turísticos localizados em áreas do interior contribuindo para o desenvolvimento equilibrado das regiões, incentivando o potencial de desenvolvimento endógeno das mais desfavorecidas através de medidas que contribuam para o aumento da competitividade das empresas regionais, para a criação de emprego e para a diversificação da produção de bens e serviços;
- Decreto-Lei n.º 193/94, de 19 de Julho- cria o SIR;
- Decreto-Lei n.º 13/94, de 23 de Julho- aprova o Estudo Prévio do IC 1- Caldas da Rainha/Figueira da Foz, realizado pela J.A.E. (Junta Autónoma das Estradas);
- Decreto-Lei n.º 65/95, de 30 de Agosto-Diário da República n.º 200/95, Série I-A- elevação da povoação de Monte Real à categoria de Vila, de acordo com a Lei n.º 11/82, de 2 de Junho, artigos 12º e 14º;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/97, de 10 de Abril- Programa de Intervenção do PAIET (Programa de Acção de Intervenção Estruturante do Turismo);
- Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho- aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, salientando o capítulo V, artigo 57º- *Declaração de Interesse Turístico: «(...) a Direcção-Geral de Turismo, a requerimento dos interessados, pode declarar de interesse para o turismo, nos termos a esclarecer em regulamento, os estabelecimentos, as iniciativas e os projectos e outras actividades de índole económica, cultural, ambiental e de animação que, pela sua localização, características do*

serviço prestado e das suas instalações constituam um relevante apoio ao turismo ou motivo de atracção turística das zonas em que se encontram»;

-Decreto-Regulamentar 36/97, de 25 de Setembro- Regula os estabelecimentos hoteleiros;

*-Decreto-Regulamentar n.º 22/98, de 21 de Setembro- para o efeito do disposto, declara-se que, por despacho do Director-Geral do Turismo de 12 de Fevereiro de 1999, o projecto de reequipamento e remodelação dos balneários termais de Monte Real localizado em Monte Real, promovido por Termas de Monte Real, Lda., foi *declarado de Interesse para o Turismo* devendo, contudo, cumprir o estipulado no ponto 2 do artº 3 do mesmo Decreto;*

DIAS, José Pedro Sousa (1997): *«Conhecimento hidrológico e prática terapêutica nas termas do Portugal setecentista»*, Lisboa, Gabinete de Estudos Históricos e Sociais, Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa;

DGT-Direcção Geral de Turismo-Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (1994): *«Critérios de Ordenamento para a determinação e controle da capacidade turística»* grupo Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

DGT-Direcção Geral do Turismo-Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (1994): *«Metodologia e Planeamento das Decisões de Ordenamento Turístico»*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

DGT-Direcção Geral de Turismo (1998): *«Linhas Orientadoras para a Política de Turismo em Portugal»*, Lisboa, Edição de Março da D.G.T. e Ministério da Economia;

DGT-Direcção Geral de Turismo (1998): *«Plano Estratégico para o Turismo Interior de Portugal e Espanha»*, Lisboa, Edição de Novembro da DGT e Ministério da Economia;

DGT-Direcção Geral de Turismo (1998): *«Breve análise da frequência das termas nos últimos 5 anos»*, Lisboa, Divisão de Inquéritos e Estatística;

DGT-Direcção Geral de Turismo (1998): *«Análise de Conjuntura»*, Boletim nº 27/28 Maio/Agosto, Divisão de Inquéritos e Estatística, Europress-Editores e distribuidores de Publicações, Lda.;

Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo (1990): *«Conhecer o Comércio e o Consumo»*, edição de Abril da Câmara Municipal de Lisboa;

FARIA, Oliveira (1993): *«Uma nova estratégia para o Turismo – optar pela qualidade»*, de Revista de Empresários e Negócios-Indústria: "Turismo-O começo de uma nova era", revista mensal, ano XIII, nº 4, Abril de 1993, Lisboa, Impressão Mirandela-Artes Gráficas S.A.;

FERREIRA, Jorge A. B. (1995): *«Direito do Turismo-instrumentos normativos fundamentais»*, Instituto Politécnico de Gaia, edição gráfica Claret;

FILIFE, Jorge Luis (1990): *«Turismo: qualidade como factor de desenvolvimento»*, de Revista de Estudos Urbanos e Regionais, *Sociedade e Território* nº 22, Maio 1990, Porto, Edições Afrontamento;

FORJAZ, D. António Pereira (1929): *«Portugal-as suas nascentes de água mineral»*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa;

GILBERT, N. (1993): *«Research, Theory and Method»*, in Gilbert, N. (ed): *“Researching social Life”*, Londres, editora Sage, págs. 18-31;

GIRÃO, Amorim (1958): *«Atlas de Portugal»*, 2ª edição, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

GRUPE CHADULE (1987): *«Initiation aux pratiques statistiques en Géographie»*, 3ª ed, Paris, Masson;

GUIMARÃES, J. Lobato (1970): *«Considerações sobre o Termalismo Social em Portugal»*, Coimbra, separata das Publicações do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade de Coimbra;

GUNN, Clara A. (1991): *«Tourism Planning»*, New York, 2ª edição, Taylor and Francis;

HEALEY, Patsy (1998): *«The place of Europe in contemporary spatial strategy making»*, in *“European Urban Regional Studies”*, vol, 5, nº 3, 1998, Great Britain;

HELENO, Prof. Manuel (1928): *«Antiguidades de Monte Real»* in: *“O Archeologo Português”*, vol. XXV, Lisboa, Imprensa Nacional;

HENRIQUES, José Manuel (1989): *«Planeamento Regional como diálogo: uma proposta de conceptualização»*, de Revista de Estudos Urbanos e Regionais, *Sociedade e Território nº 9: “Região Centro de Portugal”*, Julho de 1989, Porto, Edições Afrontamento;

INE (Instituto Nacional de Estatística)-*Recenseamento Geral da População Portuguesa nos anos: 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda;

INE-*Inventário Municipal-Região Centro* (equipamentos por freguesia) vol.II/1994, Coimbra, Direcção Regional do Centro- CCRC;

INE-*Estatísticas de Turismo*, de 1987 a 1998, Lisboa, Divisão de Inquéritos e Estatística;

INSKEEP, Edward (1991): *«Tourism Planning - an Integrated and Sustainable Development Approach»*, New York, Van Nostrand Reinhold;

JACINTO, Rui Manuel e BOURA, Maria Isabel (1990): *«Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro-contributos para a definição de estratégias locais»*, Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro;

JAE-Junta Autónoma das Estradas (1994): *«IC 1 - Caldas da Rainha/ Figueira da Foz»*, Lisboa, Engiva-Consultores de Engenharia Lda., Direcção dos Serviços de Construção;

JANKOWICZ, A.D. (1991): *«Business Research Projects for Students»*, Londres, Chapman and Hall;

LEONARD, J. Lickorish (1991): *«Developping Tourism Destinations - Policies and Perspectives»*, UK, Longman Group Limited;

- LEPIERRE, Charles (1920): «*Análise Chimica e Estudo da Radioactividade da água das Thermas de Monte Real*», Lisboa, Instituto Superior Técnico de Lisboa;
- LOPES, Dr. Alfredo Luiz (1892): «*Águas Minero-Medicinaes de Portugal*», Lisboa
- LOPES, Raul Gonçalves (1994): «*Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no desenvolvimento Local*», Lisboa, Escher Publicações;
- ORTIGÃO, Ramalho (1845): «*Banhos de caldas e águas minerais*» Lisboa, Livraria Clássica Editora, tipografia Mendonza;
- MACHADO, Maria José do Canto (1996): «*Estudo Físico-Químico completo das águas das Thermas de Monte Real*», S. Mamede de Infesta, Instituto Geológico e Mineiro, Ministério da Economia;
- MADEIRA, Luis Filipe (1991): «*O Livro de Congressos-As Regiões de Turismo e os anos 90*», 1º Congresso das Regiões de Turismo de Vilamoura, Maio de 1991;
- MATA, M. Marques (1963): «*Anuário Médico-Hidrológico de Portugal*», Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência, Direcção-Geral de Saúde;
- MATIAS, Carlos Correia (1992): «*Termalismo, factor e pretexto de Desenvolvimento Regional*», Seminário Internacional – O Termalismo na Comunidade Europeia, Lisboa;
- MARQUES, Helena Torres (1988): «*Turismo e autarquias*», de Revista de Acção Regional e Local: “*Cadernos Municipais*” nº 48, ano 9, Agosto a Dezembro, Lisboa, Fundação Antero de Quental;
- MEDEIROS, João; JACINTO, Rui (1997): «*Termalismo, Território e Sociedade: contributos para um debate*», in Jornadas de Reflexão: “*O Termalismo no despertar do novo milénio*”, Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro;
- MENDES, Maria Clara (1980): «*As Estâncias Termas Portuguesas* », Lisboa, Papelaria Fernandes;
- MCT-Ministério do Comércio e Turismo (1985): «*Plano Nacional de Turismo 1986-1989*», Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo;
- MCT-Ministério do Comércio e Turismo (1991): «*O Livro Branco do Turismo* », Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo;
- MCT-Ministério do Comércio e Turismo (1992): «*Turismo-Estratégia de Desenvolvimento e Quadro de Apoio Financeiro* », Lisboa, Fundo do Turismo;
- MEPAT-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (1996): «*Grandes Opções do Plano de 1997*», Lisboa, Ministério do Equipamento;
- MOTA, Augusto Sérgio de Almeida (1970): «*Termalismo: Turismo-Hotelaria*», Braga, Tip. Barbosa e Xavier, Lda.;

- MURPHY, Peter E. (1985): *«Tourism. A Community approach»* New York and London, Routledge;
- NARCISO, Armando (1919): *«A evolução da crenoterapia e as águas medicinais portuguesas»*, Coimbra, tese de doutoramento da Faculdade de Medicina, composto na imprensa de Manuel Lucas Torres em Lisboa;
- NARCISO, Armando (1936): *«O Clima e as Termas de Portugal na Indústria do Turismo»*, de: "Clínica, Higiene e Hidrologia" nº 2, Fevereiro de 1936, Lisboa, Tipografia Henrique Nunes;
- NARCISO, Armando (1944): *«As Termas na Guerra e na Paz»*, de: "Clínica, Higiene e Hidrologia", vol. 10, 1944, Lisboa, Tipografia Henrique Nunes;
- NARCISO, Armando (1944): *«Investigação científica e Medicina Social nas termas»* Lisboa, Editora Médica, tipografia Henrique Torres;
- NETO, M. Susana (1986): *«Planos Municipais, crise e participação pública»*, in: Cadernos Municipais nº 35, Lisboa;
- OLIVEIRA, Luis Cardoso de (1987): *«Termas do Luso no Produto Turístico Português»* Anadia, Cisial;
- PDM-*Plano Director Municipal* da cidade de Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1994;
- PEARCE, Philip L. (1989): *«Analyzing Tourist Attractions»*, the Journal of Tourism Studies, vol.2, nº 1;
- PEREIRA, Teresa Craveiro (1990): *«O Plano-Processo no Planeamento Estratégico»*, de Revista de Estudos Urbanos e Regionais, *Sociedade e Território* nº 12, Maio de 1990, Porto, Edições Afrontamento;
- PINA, P. (1988): *«O Turismo no século XX»*, Lisboa, Lucidu editora;
- PINTO, Paula Cristina de Lemos Ramos (1996): *«O Termalismo no contexto da actividade turística em Portugal - o caso de S. Pedro do Sul»*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- PIRES, Cristina Souto (1992): *«O Termalismo e o Desenvolvimento Regional»*, Seminário Internacional-O Termalismo na Comunidade Europeia, Lisboa, Maio de 1992;
- PROT-Centro Litoral1 (1994): *«Caracterização Geral»*, Coimbra, CCRC;
- PROT-Centro Litoral2 (1994): *«Estudos do Turismo - Relatório Final»*, Coimbra, CCRC;
- PROT-Centro Litoral3 (1994): *«Estudos do Turismo-Síntese, Estratégias, Propostas»*, Coimbra, CCRC;
- RAIMOND, P. (1993): *«Management Projects: Design, Research and Presentation»*, Londres, Chapman and Hall;

REBELO, João e CASALEIRO, João (1994): «*Análise Diagnóstico e Perspectivas do Desenvolvimento para a Região Centro-tributos para o PDR 1994/1999*», Coimbra, CCRC;

RICHIE, J. R. Brent; GOELDNER Charles R. (1994): «*Travel, Tourism and Hospitality Research – A Handbook for Managers and Reserchers*» 2º edição, New York, John Wiley & Sons, Inc.;

ROLAND BERGER & PARTNER (1951): «*Uma Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo da Região de Leiria*», Leiria, NERLEI-Núcleo Empresarial da Região de Leiria;

SANDERS, Lena (1989): «*L'analyse des données appliquées à la Géographie*», Montpellier, G.I.P. Reclus;

Secretaria de Estado da Informação e Turismo: «*Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte*», Braga, 1970;

Seminário Internacional: «*O Termalismo na Comunidade Europeia*», Estoril, Maio de 1992;

SHAW, Gareth; WHEELER, Dennis (1985): «*Statistical Techniques in Geographical Analysis*», Great Britain, John Wiley & Sons;

STOHR, W. (1987): «*Development from below: the Bottom-up and Periphery-Inward Development Paradigm*», in Stohr, W., Taylor, D.R.F. (1987): "Development from above or from below?", Chischester: John Wiley;

VIEIRA, João Martins (1992): «*A Estância Termal como factor de Desenvolvimento Regional*», Seminário Internacional-O Termalismo na Comunidade Europeia, Estoril, 1992;

WILLIAM, Theobald (1994): «*Global Tourism - The next década*», Great Britain, Clays, St. Ives Inc.;